



TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
MATEMÁTICA	11 a 16
INFORMÁTICA	17 a 26
NOÇÕES DE DIREITO LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	27 a 41

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Eu sou a fonte original de toda vida.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **41 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA fabricada em material transparente. Dupla marcação implica anular a questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por eles e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão apor suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**.

O triste aumento do trabalho infantil no Brasil

Em todo o Brasil, a mão de obra de crianças e adolescentes ainda é explorada de forma indiscriminada. Seja nos semáforos, nos lixões, em feiras, restaurantes, no campo, em indústrias ou dentro de casa, os direitos à infância e à educação são negados para quase três milhões de crianças e adolescentes no país, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mapeamento da situação do trabalho infantil mostra que o número de trabalhadores precoces corresponde a 5% da população que tem entre 5 e 17 anos no Brasil. A taxa de crianças economicamente ativas é 20% menor do que o registrado em anos anteriores, mas especialistas alertam que é possível que haja uma interrupção na tendência de queda.

Desde 2013, o país vem registrando aumento dos casos de trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos. Em 2015, ano da última pesquisa do IBGE, quase 80 mil crianças nessa faixa etária estavam trabalhando e, nas próximas pesquisas, quando elas estiverem mais velhas, também podem promover o aumento do número de adolescentes que trabalham. Cerca de 60% delas vivem na área rural das regiões Norte e Nordeste.

Representantes da rede de proteção à infância afirmam que o dado é preocupante e deve ser destacado nas campanhas realizadas para marcar o Dia Internacional contra o Trabalho Infantil, celebrado na segunda-feira, 12, em todo o mundo. A data foi instituída há 15 anos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para promover ações em todo o mundo e mobilizar diferentes atores no combate ao trabalho infantil.

“É inaceitável que crianças de 5 a 9 anos estejam trabalhando. A expressiva maioria delas trabalha com as próprias famílias no cultivo de hortaliças, cultivo de milho, criação de aves e pecuária. São recortes que conhecidos e analisados obrigatoriamente devem subsidiar decisões políticas ou implementação de ações e programas que deem uma resposta a essa grave situação”, disse Isa Oliveira, socióloga e secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fnpeti), um dos organizadores da campanha no Brasil.

Para o Fórum Nacional, outro ponto que deve ser lembrado durante a campanha é o não cumprimento pelo Brasil da meta firmada junto à Organização Internacional do Trabalho de eliminar todas as piores formas de trabalho infantil até 2016. Entre as formas mais graves descritas na Convenção Internacional 182, da qual o Brasil é signatário, estão a escravidão, o tráfico de entorpecentes, o trabalho doméstico e o crime de exploração sexual, que, no caso dos dois últimos, vitimam principalmente meninas negras.

“A nossa proposta nesse 12 de junho é questionar o governo sobre o não cumprimento da meta e que essa avaliação do não cumprimento nos dê subsídios para uma tomada de decisão no sentido de reafirmar a prevenção e eliminação do trabalho infantil. O Brasil tem esse compromisso. A proibição do trabalho infantil está na legislação brasileira, em particular na

Constituição Federal”, declarou Isa Oliveira.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a meta de erradicação das piores formas foi reagendada para 2020 e a de todas as formas de trabalho infantil para 2025, em acordo firmado com a comunidade internacional na OIT, no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O ministério ressalta ainda que realizou, de 2006 a 2015, quase 47 mil ações de fiscalização que resultaram na retirada de 63.846 crianças e adolescentes do trabalho e na redução apontada pelo IBGE em 2015.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-triste-aumento-do-trabalho-infantil-no-brasil>>. Acesso em: 20 jan. 2018. (Adaptado).

— QUESTÃO 01 —

Da leitura do texto, pressupõe-se que:

- (A) o trabalho doméstico e o crime de exploração sexual vitimam principalmente meninas negras.
- (B) o número de trabalhadores precoces corresponde a 5% da população que tem entre 5 e 17 anos no Brasil.
- (C) o Brasil conseguiu cumprir a meta firmada de banir até 2016 todas as piores formas de trabalho infantil.
- (D) o trabalho infantil e juvenil foi e continua sendo praticado de forma incontrolável no Brasil.

— QUESTÃO 02 —

No terceiro parágrafo, que trata dos dados do censo do IBGE sobre o trabalho infantil na faixa etária dos 5 aos 9 anos, a relação estabelecida entre os resultados da pesquisa de 2015 e os que poderão ser mostrados na próxima é de:

- (A) consequência.
- (B) exemplificação.
- (C) enumeração.
- (D) oposição.

— QUESTÃO 03 —

Nas citações diretas do discurso da socióloga e secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fnpeti), Isa Oliveira, no sétimo parágrafo, há o predomínio do registro de uma linguagem

- (A) coloquial.
- (B) formal.
- (C) regional.
- (D) prolixa.

— QUESTÃO 04 —

Em relação à estrutura textual, o conteúdo informativo expresso no terceiro parágrafo possui como correferente o termo “o dado”, no quarto parágrafo, o que caracteriza um processo de coesão

- (A) sequencial.
- (B) conjuntiva.
- (C) lexical.
- (D) elíptica.

— QUESTÃO 05 —

No terceiro parágrafo, no trecho “Em 2015, ano da última pesquisa do IBGE, quase 80 mil crianças nessa faixa etária estavam trabalhando e, nas próximas pesquisas, quando elas estiverem mais velhas, também podem promover o aumento do número de adolescentes que trabalham.”, as flexões verbais indicam em relação aos eventos descritos, respectivamente,

- (A) aspecto contínuo da ação e denotação de um estado real.
- (B) aspecto perfeito da ação e denotação de um estado irreal.
- (C) aspecto imperfeito da ação e denotação de um estado possível.
- (D) aspecto concluído da ação e denotação de um estado impossível.

Leia o texto a seguir para responder às questões 06 e 07.

Trabalho infantil

Há muita gente conceituada que é a favor do trabalho infantil, principalmente os mais velhos, pois ainda vivem o saudosismo, sem perceber que o mundo mudou e as relações humanas e de trabalho também. Recentemente, um vereador na Câmara Municipal de Birigüi manifestou-se favoravelmente em discurso feito da tribuna.

Trabalho infantil é toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade de 14 anos. O trabalho infantil é proibido por lei. As formas mais nocivas ou cruéis de trabalho infantil também constituem crime. O programa Bolsa-Família é uma tentativa de diminuir o número de crianças em idade escolar que estejam fora da escola.

É comum em países subdesenvolvidos o trabalho infantil. A maioria das vezes ocorre devido à necessidade de ajudar financeiramente a família. Muitas destas famílias são geralmente de pessoas pobres que possuem muitos filhos.

Por isso os programas sociais que unem o auxílio com alimentação e a obrigação de presença escolar são importantes.

Apesar dos pais serem oficialmente responsáveis pelos filhos, não é hábito dos juízes puni-los. A ação da justiça aplica-se mais a quem contrata menores. Essa postura do Judiciário precisa mudar.

O trabalho apresenta duas consequências funestas. A primeira parece menos sentida porque tem apenas consequências psíquicas. A pessoa que começa a trabalhar muito cedo tem a sua infância roubada, quando adulto, torna-se uma pessoa despreparada para o lazer, na maioria das vezes, pois só sabe trabalhar. É o conhecido workaholic. A outra consequência apresenta efeito mais visível, porque é comum o trabalho deixar o adolescente ou a criança estressada e não ir à escola. Assim, a sociedade estará produzindo mais um trabalhador de mão-de-obra não qualificada, um futuro brasileiro de baixa renda ou desempregado.

Antigamente, um jovem não precisava se preparar tanto para se inserir no mercado de trabalho, pois a sociedade era mais rural. Hoje, o mercado está cada vez mais exigente, por isso se faz necessário estudar, se possível, adentrar os portais da universidade.

Se a criança começar a trabalhar muito cedo e abandonar a escola, será um desastre. A criança e o adolescente são o nosso futuro, cuidar deles é nossa obrigação.

FOLHA DA REGIÃO. Araçatuba, 24/01/2018. Disponível em: <<http://www.folhadaregiao.com.br/2.633/editorial-trabalho-infantil-1.92332>>. Acesso em: 24 jan. 2018. (Adaptado).

— QUESTÃO 06 —

O texto apresenta uma série de argumentos e informações em defesa de uma tese. A tese defendida é a de que

- (A) o poder judiciário precisa punir também pais que submetem seus filhos ao trabalho infantil.
- (B) o trabalho infantil pode desenvolver graves consequências psíquicas nas crianças.
- (C) as pessoas mais velhas e bem conceituadas são as que mais defendem o trabalho infantil.
- (D) o trabalho infantil é um problema social que precisa ser combatido por meio da educação.

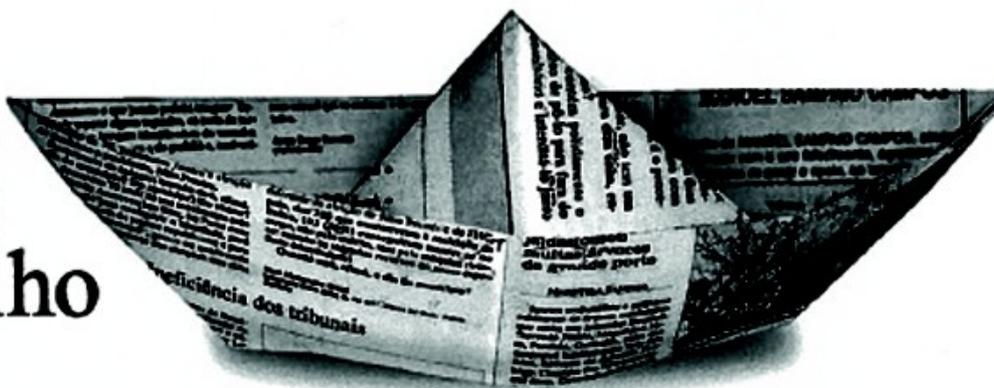
— QUESTÃO 07 —

Com relação ao gênero, o texto apresenta características que o classificam como

- (A) editorial.
- (B) crônica.
- (C) parecer.
- (D) resenha.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 08 a 10.

Olha aí um bom exemplo de trabalho infantil.



Crianças com menos de 16 anos trabalhando na rua não é brincadeira. Se educação é um direito de toda criança, denunciar a exploração da mão de obra infantil é seu dever.

CORRÍO DA BAHIA
LEGA VEZ MELOCA

unicef

Ministério Público do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho - 5ª Região.

**LIGUE SOS
TRABALHO
INFANTIL
0800 71 0990
E DENUNCIE**



Disponível em: <<https://mariajoaoredatora.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

— QUESTÃO 08 —

Quanto à finalidade, o texto objetiva

- (A) conscientizar a população de que nem todo trabalho infantil pode ser considerado ruim.
- (B) aconselhar a contratação de crianças menores de 16 anos para fazerem barcos de papel.
- (C) despertar a consciência para denunciar atividades infantis que estão em desacordo com a idade.
- (D) convencer a população de que atividades artísticas não podem ser consideradas como trabalho.

— QUESTÃO 09 —

No trecho “Crianças com menos de 16 anos trabalhando na rua não é brincadeira”, o efeito de sentido foi construído explorando, principalmente, o recurso da

- (A) ironia.
- (B) ambiguidade.
- (C) inferência.
- (D) intertextualidade.

— QUESTÃO 10 —

No trecho “Se educação é um direito de toda criança, denunciar a exploração da mão de obra infantil é seu dever.”, a conjunção que introduz a oração em destaque exprime uma ideia de

- (A) condição.
- (B) proporção.
- (C) comparação.
- (D) consecução.

MATEMÁTICA

— QUESTÃO 11 —

Leia o texto a seguir.

Ventos fortes e condições de visibilidade desfavoráveis levaram o Aeroporto Internacional John F. Kennedy, em Nova York, a cancelar temporariamente todos os voos agendados nesta quinta-feira. A previsão é que entre 15 centímetros e 25 centímetros de neve devem cair sobre o JFK.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo>> Acesso em: 18 jan. 2018. (Adaptado).

Considere que uma das pistas do aeroporto JFK, de formato retangular, plana e de dimensões 4 442 m por 45 m, tenha sido coberta uniformemente com neve, conforme previsto no texto. Nessas condições, o maior volume de neve que pode se acumular nessa pista, em m^3 , é:

- (A) 4 512,0
- (B) 49 972,5
- (C) 2 998 350,5
- (D) 4 997 250,0

— QUESTÃO 12 —

Em uma lanchonete, o açaí pode ser acompanhado por vários adicionais e é vendido em três tamanhos diferentes: pequeno, médio e grande. O cliente escolhe o tamanho e, em seguida, escolhe seus adicionais preferidos, de acordo com o tamanho. Para o tamanho pequeno, pode escolher até dois adicionais; para o médio, até três adicionais e, para o grande, até quatro adicionais. Considerando que há 10 tipos diferentes de adicionais, de quantos modos diferentes um cliente pode pedir um açaí com o máximo de adicionais permitidos?

- (A) 72
- (B) 375
- (C) 1 125
- (D) 5 850

— QUESTÃO 13 —

Em um estacionamento para carros, há a seguinte informação:

Até a primeira hora	R\$ 5,00
A partir da segunda hora	R\$ 2,50 por hora ou fração de hora

A tabela mostra que, independente do fato de o cliente ter usado a hora inteira ou uma fração de hora, ele paga o preço da hora completa, seja na primeira hora, seja a partir da segunda hora. Considere que o serviço prestado a um cliente, por esse estacionamento, tenha custado R\$ 22,50. Desse modo, sendo x o tempo, em horas, usado pelo cliente no estacionamento, a expressão que representa x é:

- (A) $x \leq 7$
- (B) $x > 9$
- (C) $7 < x \leq 8$
- (D) $8 < x \leq 9$

— QUESTÃO 14 —

Moedas de 2 mm de espessura foram empilhadas para construir uma sequência de pequenas torres, do seguinte modo: duas moedas na primeira torre; quatro moedas na segunda; seis moedas na terceira e assim por diante, de modo que, a partir da segunda torre, sempre foram acrescentadas duas moedas na torre seguinte, até que a última torre alcançou uma altura de 36 mm.

Nessas condições, a quantidade de moedas necessárias para construir todas as torres é:

- (A) 18
- (B) 36
- (C) 90
- (D) 180

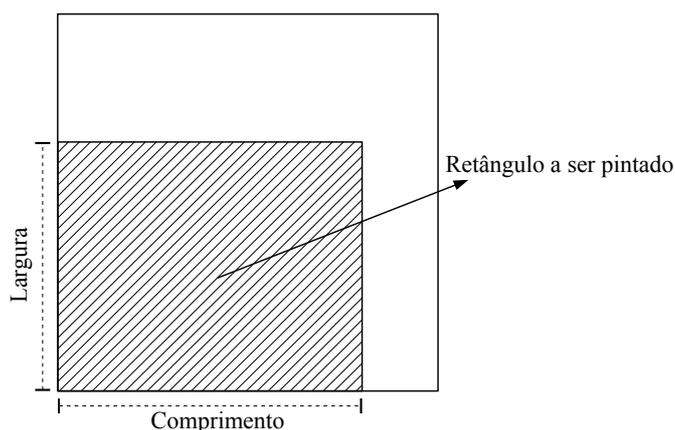
— QUESTÃO 15 —

No mercado internacional, o preço do litro do suco de laranja é dado em dólar. Em certo ano, o litro de suco custava um dólar e sessenta centavos, o que equivalia a R\$ 5,60. No ano seguinte, o valor do litro do suco sofreu um aumento de 25%, elevando seu preço em dólar, no mercado internacional. Porém, nesse mesmo período, o preço do dólar em reais sofreu uma redução de 10%. Qual é a porcentagem de aumento no preço do litro do suco, em reais, no período considerado?

- (A) 12,5
- (B) 15,0
- (C) 20,5
- (D) 37,5

— QUESTÃO 16 —

Uma parede quadrada terá $\frac{8}{15}$ de sua superfície pintada, na forma de um retângulo. O comprimento e a largura desse retângulo possuem medidas menores que o lado da parede, como mostra a figura a seguir.



Considerando os dados apresentados, as frações que a largura e o comprimento do retângulo representam em relação ao lado da parede são, respectivamente:

- (A) $\frac{3}{2}$ e $\frac{10}{2}$
- (B) $\frac{6}{7}$ e $\frac{2}{8}$
- (C) $\frac{2}{10}$ e $\frac{6}{5}$
- (D) $\frac{2}{3}$ e $\frac{4}{5}$

INFORMÁTICA

— QUESTÃO 17 —

A interface dos principais navegadores de Internet, como o Google Chrome e o Microsoft Edge, possuem o ícone de uma estrela na extremidade direita da barra de pesquisa, que serve para

- (A) indicar que o site está criptografado.
- (B) indicar que o site foi traduzido.
- (C) adicionar o site aos favoritos.
- (D) adicionar o site ao histórico.

— QUESTÃO 18 —

Um usuário precisa transferir arquivos armazenados em um dispositivo móvel para um computador. Ele deve conectar o periférico usando a porta

- (A) VGA.
- (B) Ethernet.
- (C) USB.
- (D) HDMI.

— QUESTÃO 19 —

Em sua configuração padrão, a lixeira do Windows permite que um arquivo seja restaurado

- (A) após a sua exclusão do disco rígido.
- (B) após a sua exclusão de um pen drive.
- (C) pressionando-se a tecla Ins.
- (D) pressionando-se as teclas Shift + Del.

— QUESTÃO 20 —

Considere o texto a seguir editado utilizando-se o editor de textos LibreOffice:

“Aparecida de Goiânia, por não possuir uma área geográfica grande que possibilitasse o setor primário, tanto na área agrícola quanto na pecuária, buscou sua base econômica na industrialização.”

Para editar este texto, foram utilizados recursos como: três estilos nas palavras Aparecida de Goiânia, agrícola e industrialização, e um tipo de alinhamento. Nesta ordem, quais são as combinações de teclas que aplicam estes recursos?

- (A) Ctrl + B, Ctrl + U, Ctrl + I, Ctrl + E.
- (B) Ctrl + B, Ctrl + S, Ctrl + I, Ctrl + L.
- (C) Ctrl + N, Ctrl + S, Ctrl + T, Ctrl + L.
- (D) Ctrl + N, Ctrl + U, Ctrl + T, Ctrl + E.

— QUESTÃO 21 —

Observe as imagens a seguir.



Essas imagens representam, respectivamente, os seguintes navegadores de Internet:

- (A) Microsoft Edge, Opera, Google Chrome, Firefox.
- (B) Microsoft Edge, Safari, Google Chrome, Firefox.
- (C) Opera, Microsoft Edge, Firefox, Google Chrome.
- (D) Microsoft Edge, Safari, Google Chrome, Opera.

— QUESTÃO 22 —

O termo *dpi* (*dots per inch*) é utilizado para indicar

- (A) a velocidade de um teclado.
- (B) o tamanho de um mouse.
- (C) a resolução de uma impressora.
- (D) a velocidade de um pen drive.

— QUESTÃO 23 —

Um usuário utilizando o Windows em sua configuração padrão, abre a pasta Documentos que contém três arquivos: Concurso.doc, Gabarito.doc e Estudos.doc. O usuário seleciona o arquivo Concurso.doc e pressiona as teclas Ctrl + C. Em seguida, seleciona o arquivo Gabarito.doc e pressiona as teclas Ctrl + C. Por último, o usuário seleciona o arquivo Estudos.doc e pressiona as teclas Ctrl + C. Ao pressionar Ctrl + V em outra pasta, qual é a saída do comando?

- (A) Concurso.doc e Gabarito.doc.
- (B) Concurso.doc.
- (C) Concurso.doc, Gabarito.doc e Estudos.doc.
- (D) Estudos.doc.

— QUESTÃO 24 —

Na caixa de diálogo de impressão do LibreOffice em sua configuração padrão, para se imprimir as páginas 2, 7, 8 e 15, o usuário deve informar na caixa “Páginas”:

- (A) 2-7;8;15.
- (B) 2;15-8.
- (C) 2;7-8;15.
- (D) 2..8-15.

— QUESTÃO 25 —

Um usuário precisa enviar por e-mail imagens que totalizam 40 MBytes de tamanho. Considerando que a quantidade de dados é um fator de limitação na troca de mensagens por e-mail e que as imagens devem ser enviadas conservando-se a qualidade original, o usuário deve

- (A) enviar as imagens como anexo, para reduzir o tamanho das imagens.
- (B) armazenar as imagens em um repositório na nuvem e enviar no corpo do e-mail o hyperlink de acesso às imagens.
- (C) juntar as imagens em um arquivo único e enviar este arquivo, como anexo, para reduzir em 10% o tamanho das imagens.
- (D) converter cada uma das imagens para o formato PDF e enviá-las como anexo.

— QUESTÃO 26 —

Microprocessador, memória e placa-mãe são os principais componentes de um computador. Estes componentes são mantidos e protegidos dentro de uma caixa de metal ou de plástico, denominada

- (A) CPU.
- (B) gabinete.
- (C) PC.
- (D) sistema operacional.

— RASCUNHO —

— RASCUNHO —

Noções de Direito e Legislação Previdenciária

— QUESTÃO 27 —

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 201, incs. de I a V, estabelece diretrizes que o legislador ordinário e a administração devem seguir para bem conduzir os rumos do Regime Geral de Previdência Social, como a seguinte:

- (A) é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.
- (B) nenhum benefício pago pela previdência social pode ter valor inferior a um salário-mínimo.
- (C) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social na qualidade de segurado obrigatório, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (D) em dispositivo dotado de autoaplicabilidade, inovou no ordenamento jurídico ao assegurar, para os benefícios concedidos após a sua vigência, a correção monetária de todos os salários de contribuição considerados no cálculo da renda mensal inicial.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 28 —

Leia o texto a seguir.

De efeito, conquanto não haja previsão expressa na Constituição Cidadã, é certo que a seguridade social forma um Sistema Nacional, pois regulada por um conjunto normativo harmônico e por órgãos e entidades estatais que objetivam concretizar os direitos fundamentais à saúde, à previdência e à assistência social.

Nesse sentido, o artigo 5, da Lei n. 8.212/1991, dispõe que

- (A) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) a Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- (C) as ações nas áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, conforme o disposto no Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal, serão organizadas em Sistema Nacional de Seguridade Social, na forma desta Lei.
- (D) a Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 29 —

O agente público de cargo efetivo não se insere no Regime Geral de Previdência Social, o que significa dizer que lhe é assegurado estatuto próprio a dispor sobre seus direitos previdenciários e a participação destes no custeio do regime diferenciado. Nesse sentido, dispõe o artigo 40 da Constituição Federal que,

- (A) aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e obrigatório, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- (B) aos servidores titulares de cargos efetivos e aos titulares de cargo em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- (C) aos servidores titulares de cargos efetivos e aos ocupantes de cargos temporários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- (D) aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

— QUESTÃO 30 —

A Constituição Federal traça as regras gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social a serem obrigatoriamente observadas pela própria União, estados, Distrito Federal e municípios na instituição dos seus RPPSs por leis no seu âmbito, sob pena de inconstitucionalidade formal, por violação ao regramento geral do ente central. Nesse sentido, a regra estabelece que

- (A) os Estados e Municípios brasileiros devem instituir regime próprio de previdência social para todos os seus servidores, titulares de cargos efetivos ou comissionados.
- (B) na transição para que os servidores municipais ocupantes de cargo efetivo mudem o seu regime previdenciário devem migrar do Regime Geral do INSS para o regime próprio municipal.
- (C) os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, quando instituírem sistemas próprios de previdência social para seus servidores estatutários titulares de cargos efetivos, deverão obrigatoriamente instituir contribuição previdenciária cujas alíquotas não serão inferiores às da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- (D) o regime próprio da previdência social nos Estados não se sujeita ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

— QUESTÃO 31 —

Com a Emenda Constitucional n. 20, a matéria sobre Previdência Complementar passou a ser disciplinada nos artigos 40 e 202 da Constituição Federal, determinando que

- (A) o regime de previdência complementar dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos estados e do Distrito Federal poderá ser instituído por lei de iniciativa dos respectivos Poderes Executivos Legislativo e Judiciário.
- (B) o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- (C) o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS deve ser aplicado às aposentadorias e pensões de todos os servidores públicos federais que ingressem no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar, incluso os detentores de cargo comissionado.
- (D) o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar, somente mediante sua prévia e expressa opção.

— QUESTÃO 32 —

De acordo com a Lei Complementar n. 109/2001, os planos de benefício das entidades fechadas

- (A) devem ser, obrigatoriamente, oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.
- (B) são equiparáveis aos empregados e associados a que se refere o caput os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo em comissão e outros dirigentes de patrocinadores e instituidores.
- (C) têm adesão obrigatória.
- (D) serão admitidas a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.

— QUESTÃO 33 —

O controle governamental da previdência complementar é exercido pela PREVIC, autarquia de natureza especial criada pela Lei n. 12.154/2009, com atribuição de

- (A) proceder à fiscalização das atividades das entidades abertas de previdência complementar e das suas operações.
- (B) constituir o funcionamento e o cancelamento das entidades abertas de previdência complementar e a aplicação dos respectivos estatutos e regulamentos de planos de benefícios e de suas alterações.
- (C) proceder à fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e das suas operações.
- (D) proceder à análise de consultas das entidades abertas de previdência complementar, na esfera de sua competência, sobre as matérias relativas ao regime de previdência complementar operado pelas referidas entidades.

— QUESTÃO 34 —

A cargo do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aparecida de Goiânia, estabelecido pela Lei Complementar n. 010/2005, que assegura:

- (A) o valor da pensão por morte será igual à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de sessenta por cento da parcela excedente a este limite.
- (B) o cônjuge ausente exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira.
- (C) a cota da pensão será extinta para o pensionista menor de idade, ao completar 21 (vinte e um) anos, salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.
- (D) a pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

— QUESTÃO 35 —

Conforme estabelecido pela Lei Complementar n. 010/2005, artigo 21-A, o segurado, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, dentre as condições de

- (A) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem.
- (B) 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira e 5 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria.
- (C) idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 18, inciso III, desta Lei, de 5 (cinco) anos de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I, do caput deste artigo.
- (D) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

— QUESTÃO 36 —

São fontes de receita do FLPS com destinação exclusiva para acumulação de reserva financeira com finalidade de prover o pagamento dos benefícios de responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social de Aparecida de Goiânia:

- (A) participações societárias de propriedade de empresas públicas ou sociedades anônimas do Município, na forma da lei.
- (B) créditos oriundos de recuperações de contribuições indevidas relativas ao PIS e outras modalidades instituídas pelo Governo Federal, cedidos ao APARECIDAPREV mediante ato do Poder Executivo.
- (C) bens imóveis dominicais de titularidade do município, de autarquias e fundações públicas municipais cedidos ao APARECIDAPREV, mediante ato do Poder Executivo.
- (D) participações societárias de propriedade do Município, de suas autarquias e fundações, cedidos ao APARECIDAPREV mediante ato do Poder Legislativo.

— QUESTÃO 37 —

Conforme estabelecido pela Lei Complementar n. 019/2009, o cargo em comissão de presidente da autarquia APARECIDAPREV será de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder

- (A) Legislativo, tendo o nomeado status e vencimento de secretário municipal.
- (B) Executivo, tendo o nomeado status e vencimento de secretário municipal.
- (C) Legislativo, tendo o nomeado status e vencimento de chefe do poder executivo.
- (D) Executivo, tendo o nomeado status e vencimento de diretor de departamento.

— QUESTÃO 38 —

A taxa de administração do plano da previdência da autarquia APARECIDAPREV chamado de fundo de pensão é subsidiada e só participam os segurados ativos e inativos e pensionistas e da contribuição patronal prevista na Lei Complementar n. 022/2009. O valor anual dessa taxa é de

- (A) 0,8% das aplicações em fundo de renda fixa e de renda variável.
- (B) 1,2% do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagas aos seus segurados beneficiários no exercício financeiro anterior.
- (C) 0,5% das aplicações em fundo de renda fixa e de renda variável.
- (D) 2% do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagas aos seus segurados beneficiários no exercício financeiro anterior.

— QUESTÃO 39 —

Qual é a porcentagem de contribuição previdenciária no APARECIDAPREV?

- (A) A alíquota total deverá ser de 30%, sendo 11,50% a parte do Ente e 18,50% a parte total contributiva do Servidor.
- (B) A alíquota total deverá ser de 11,50% sobre remuneração de contribuição mensal dos servidores ativos, com contribuição do Município, denominada de Contribuição Patronal.
- (C) A alíquota total será de 10% do custo normal incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, incluída nesse percentual de 1,0% para as despesas administrativas incidente sobre a folha de remuneração total dos servidores ativos efetivos e sobre a folha de benefícios total dos inativos.
- (D) A alíquota total será de 8% sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos efetivos e sobre as parcelas dos proventos de aposentadoria e de pensão que suprem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social e o dobro deste limite do que trata o art. 201 da Constituição Federal de 1988, quando o beneficiário, na forma da Lei, for portador de doença incapacitante.

— QUESTÃO 40 —

O ato de descumprir cláusula do estatuto de uma entidade fechada de previdência complementar ou do regulamento do plano de benefícios é tido como conduta infracional, passível de aplicação de penalidade administrativa de

- (A) multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ser cumulada com suspensão pelo prazo de até 180 dias.
- (B) multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), podendo ser cumulada com suspensão de até 180 dias.
- (C) multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), podendo ser cumulada com suspensão de até 90 dias ou com inabilitação de dois a dez anos.
- (D) multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

— QUESTÃO 41 —

O recurso, dirigido ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, será

- (A) protocolado no órgão de recursos humanos onde se encontra lotado o servidor.
- (B) remetido por via postal, com aviso de recebimento, considerando-se como data da sua interposição a data de recebimento da respectiva postagem.
- (C) protocolado na Secretaria de Previdência Complementar.
- (D) conhecido se interposto no prazo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento da notificação.

— RASCUNHO —

— RASCUNHO —